



setenta e oito mil, seiscentos e trinta e cinco reais e dois centavos).

Macapá-AP, 08 de maio de 2020.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
JOÃO BITTECOURT DA SILVA
CPF(MF) nº 179.777.972-91

INSTITUTO BRASILEIRO DE GESTÃO HOSPITALAR
LAZARA MARIA DE ARAUJO MUNDIM DE SOUZA
CPF (MF) nº 307.386.441-53

PLANO DE APLICAÇÃO E CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO dos recursos a serem repassados pela **SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**, como **CONTRATANTE** para fazer face ao **CONTRATO Nº. 010/2020 - SESA**, firmado com a empresa: **INSTITUTO BRASILEIRO DE GESTÃO HOSPITALAR**.

ELEMENTO DE DESPESA	FONTE	PROGRAMA DE TRABALHO	VALOR GLOBAL ESTIMADO
33.90.39	107		R\$ 18.878.635,02
VALOR TOTAL			R\$ 18.878.635,02

Importa o presente **PLANO DE APLICAÇÃO** no valor de **R\$ 18.878.635,02** (Dezoito milhões, oitocentos e setenta e oito mil, seiscentos e trinta e cinco reais e dois centavos).

Macapá-AP, 08 de maio de 2020.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
JOÃO BITTECOURT DA SILVA
CPF(MF) nº 179.777.972-91

INSTITUTO BRASILEIRO DE GESTÃO HOSPITALAR
LAZARA MARIA DE ARAUJO MUNDIM DE SOUZA
CPF (MF) nº 307.386.441-53

CONTRATO N.º 010/2020 – COGEC/SESA

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ - GEA, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE – SESA, COMO CONTRATANTE E A EMPRESA INSTITUTO BRASILEIRO DE GESTÃO HOSPITALAR - IBGH, COMO CONTRATADA; PARA OS FINS ABAIXO DECLARADOS.

Pelo presente instrumento, de um lado, o **ESTADO DO AMAPÁ**, pessoa jurídica de direito público interno, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE (SESA)**, inscrita no **CNPJ (MF) nº 23.086.176/0001-03**, situada na Av. FAB, 69, Centro, CEP 68900-073 – Macapá/AP), neste ato representada pelo Secretário de Estado da Saúde, Sr. **JOÃO BITTENCOURT DA SILVA**, brasileiro, Carteira de Identidade nº **296.292-SSP/AP**, CPF (MF) nº **179.777.972-91**, nomeado pelo Decreto nº 1603, de 15 de abril de 2019, publicado no DOE/AP nº 6900, de 15 de abril de 2019, residente e domiciliado na Rua Beira Rio, nº 433, Central, CEP: 68.900-000 – Macapá/AP, doravante denominado **CONTRATANTE** e de outro lado, a empresa **INSTITUTO BRASILEIRO DE GESTÃO HOSPITALAR - IBGH**, inscrita no **CNPJ (MF) nº 18.972.378/0001-12**, com sede na Av. Areião, nº 595, Setor Pedro Ludovico, CEP 74.820-320 – Goiânia/GO, neste ato representada por **Lazara Maria de Araujo Mundim de Souza**, portador da Carteira de Identidade nº 00481290947 – Órgão Emitente DETRAN/GO e CPF (MF) nº **307.386.441-53**, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem de comum acordo e na melhor forma de direito celebrar o presente **CONTRATO**, mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL

1.1. Este Contrato é firmado em observância as disposições contidas no art. 37, inciso XXI da Constituição Federal do Brasil de 1988; Lei nº 13.979/2020; Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014; Lei Complementar Estadual nº 108/2018; Decreto Federal nº 8.538/2015; Instrução Normativa MPOG/SLTI nº 05/2017 e, subsidiariamente, no que couber pela Lei nº 8.666/1993 e Lei nº 8.078/1990 (CDC), bem como, pelas legislações correlatas e demais exigências estabelecidas no Projeto Básico e seus anexos, constantes Processo PRODOC Nº 300101.0005.1852.0057/2020.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1. O presente Contrato tem por objeto a **Contratação em caráter emergencial de empresa especializada em gerenciamento, operacionalização de unidade de saúde para tratamento de pacientes suspeitos ou portadores para COVID-19, na cidade de Santana (AP), unidade sob gestão e gerência da Secretaria de Estado da Saúde - SESA, especialmente implantada para o atendimento, em regime de 24 (vinte e quatro) horas por dia, de casos de SARS-COV-2 e/ou síndromes respiratórias agudas que necessitem de internação, constituindo-se como medida imprescindível ao enfrentamento da emergência em saúde pública de importância nacional decorrente da infecção humana pelo novo SARS-COV-2 e causador da COVID-19, conforme condições, especificações e quantitativos constantes neste Contrato e vinculadas ao Projeto Básico.**

2.2. O regime de execução do objeto deste Contrato será de execução indireta.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOCUMENTOS INTEGRANTES

3.1. Fazem parte integrante deste CONTRATO, independentemente de sua transcrição, os documentos constantes no Processo PRODOC 300101.0005.1852.0057/2020, em especial, os abaixo relacionados:

- 3.1.1. Projeto Básico;
- 3.1.2. Pareceres Jurídicos da fase interna e externa;
- 3.1.3. Proposta da Contratada, adjudicada e homologada;
- 3.1.4. Resultado da Licitação.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DO PREÇO

4.1. As despesas decorrentes deste Contrato correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária: Unidade Gestora 300301; Fonte 107; Ação: **2711**; Plano Orçamentário – PO 0829; Natureza de Despesa nº 339039 – (Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica), no valor mensal de R\$ 3.146.439,17 (Três milhões, cento e quarenta e seis mil, quatrocentos e

- trinta e nove reais e dezessete centavos); Nota de Empenho nº 2020NE00000, de 00/00/2020, para sua devida execução.
- 4.2. O preço do objeto deste Contrato foi estabelecido no valor total estimado, no período de 180 (cento e oitenta) dias, de R\$ 18.878.635,02 (Dezoito milhões, oitocentos e setenta e oito mil, seiscentos e trinta e cinco reais e dois centavos), sendo executado e pago de acordo com a certificação do serviço, conforme valores definidos no Anexo I - Planilha de Formação de Preços e Composição de Custo, deste Contrato.
- 4.3. Os preços ora estipulados vigorarão até o término do prazo de vigência inicial previsto neste Contrato, uma vez que estes poderão sofrer alterações em decorrência de manutenções econômicas financeiras estabelecidas por Termos Aditivos e/ou Apostilamentos, durante o limite temporal da vigência do objeto deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

- 5.1. O pagamento será efetuado por meio do FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE, em até 30 (trinta) dias, após a regular prestação dos serviços, mediante o processamento normal de liquidação e liberação dos recursos financeiros pela Secretaria da Fazenda do Estado do Amapá (SEFAZ-AP).
- 5.2. É condição para o processamento do pagamento, a apresentação por parte da CONTRATADA da(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s) referente(s) ao(s) serviço(s) regularmente prestado(s), acompanhada(s) obrigatoriamente dos documentos de regularidade perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, conforme disposto no Art. 29 da Lei 8.666/1993 e nos Arts. 6º e 7º, incisos II e III do Decreto Estadual nº 1.278/2011, junto ao Fiscal Designado pelo CONTRATANTE, para sua devida certificação, de acordo com o rol discriminado abaixo.
- 5.2.1. Certificado de Regularidade do FGTS-CRF, emitida pelo sítio da Caixa Econômica Federal;
- 5.2.2. Certidão de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pelo sítio da Secretaria da Receita Federal (Negativa ou Positiva com efeito Negativo);
- 5.2.3. Certidão Débitos Trabalhistas - CNDT, emitida pelo site da Justiça do Trabalho (Negativa ou Positiva com efeito Negativo);
- 5.2.4. Certidão de Débitos relativos aos Tributos Estaduais e a Dívida Ativa do Estado, emitida pela Secretaria Fazendária do Estado de domicílio da Contratada ou outra correlata a esta e no caso de empresa do Estado do Amapá pelo sítio da Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ (Negativa ou Positiva com efeito Negativo);
- 5.2.5. Certidão de Débitos Municipais ou Certidão do Mobiliário (relativa aos tributos Municipais e ISS) – emitido pela Prefeitura Municipal de Domicílio da Contratada (Negativa ou Positiva com efeito Negativo);
- 5.2.6. Certidão Negativa de Execução Fiscal, emitida pela Procuradoria Geral do Municipal do domicílio da Contratada ou outra correlata a esta e no caso de empresa do Estado do Amapá pela Procuradoria Geral de cada município ou órgão correlato (Negativa ou Positiva com efeito Negativo); e
- 5.2.7. Documento de Consulta de Optante pelo Simples Nacional (Caso a Contratada seja Optante).
- 5.3. No ato de apresentação da Nota Fiscal/Fatura mensal dos serviços executados, além da regularidade fiscal das Fazendas Públicas, a CONTRATADA deverá encaminhar a SUPERINTENDÊNCIA DE ATENÇÃO À SAÚDE - SAS o rol de documentação discriminada abaixo:
- 5.3.1. GFIP correspondente as Guias de recolhimento das Contribuições Sociais (INSS e FGTS), com comprovante de entrega/pagamento e recolhimento individualizado por empregado vinculado a execução contratual, relativas ao mês anterior ao serviço que se refere à Nota Fiscal/Fatura;
- 5.3.2. Cópia do comprovante de depósito bancário na conta dos empregados, acompanhada da Folha de Pagamento, correspondentes ao mês da última Nota Fiscal/Fatura vencida, compatível com os empregados vinculados à execução contratual, nominalmente identificados, na forma do § 5º do Artigo 31 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991;
- 5.3.3. Cópia da folha individual de frequência de cada empregado vinculado à execução contratual e relação mensal do total de funcionários, contendo nº de CPF, data de admissão, função e local de execução do serviço;
- 5.3.4. Relação nominal dos Empregados constando os seguintes dados: Local; CPF; Função; Data Admissão e Horário;
- 5.3.5. Cópia dos recibos de entrega dos vales-transportes e vales-alimentação de cada empregado vinculado à execução contratual, caso haja a obrigatoriedade do pagamento, em caso da CONTRATADA fornecer o benefício alimentício, por intermédio de outra empresa que trabalhe com cartão magnético, deverá apresentar Cópias dos respectivos comprovantes de crédito disponível nos cartões dos empregados.
- 5.4. O PAGAMENTO será creditado em favor da CONTRATADA, através de ordem bancária, no BANCO 104-CEF, Agência 4691, OPERAÇÃO 003 e Conta Corrente nº 290-2.
- 5.5. Caberá à CONTRATADA informar com clareza o nome do banco, assim como os números da respectiva agência e da conta-corrente em que deverá ser efetivado o crédito;
- 5.6. O CONTRATANTE reserva-se ao direito de descontar da(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s) a serem pagas, qualquer débito existente da CONTRATADA em consequência de penalidade aplicada durante a prestação dos serviços;
- 5.7. Se, quando da efetivação do pagamento, os documentos comprobatórios de situação regular em relação à Fazenda

Federal, Estadual e Municipal, ao INSS, ao FGTS e ao Ministério do Trabalho (CNDT), apresentados em atendimento às exigências de habilitação estiverem com a validade expirada, bem como, a CONTRATADA deixar de cumprir com as obrigações trabalhistas, o pagamento ficará retido até a apresentação de novos documentos dentro do prazo de validade e/ou o devido cumprimento de suas obrigações.

5.8. A Nota Fiscal/Fatura não aprovada pelo CONTRATANTE será devolvida à CONTRATADA para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se os prazos estabelecidos para pagamento a partir da data de sua reapresentação. A devolução do documento não aprovado pelo CONTRATANTE em hipótese alguma servirá de pretexto para que a CONTRATADA suspenda a execução dos serviços, ou deixe de efetuar o pagamento devido a seus empregados e demais obrigações decorrentes da execução do presente instrumento.

5.9. Será efetuada a retenção ou glosa (desconto) no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

5.9.1. Não produziu os resultados acordados;

5.9.2. Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

5.9.3. Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demanda;

5.9.4. Possua débito ou pendência de qualquer natureza em relação a prestação dos serviços contratados pelo CONTRATANTE;

5.9.5. Possua débitos junto a órgãos Federais, Estaduais, Municipais e Fiscalizadores da Classe;

5.9.6. As comprovações de regularidade da CONTRATADA deverão corresponder ao período de execução do serviço e à mão de obra alocada este.

5.10. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isto gere direito ao pleito de reajustamento ou correção monetária do valor inicial.

5.11. No caso de eventual atraso de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de atualização financeira devida pelo contratante, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, será mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, onde:

I = Índice de atualização financeira; $I = (TX/100)$

365

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual (= 6%); EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela em atraso.

CLÁUSULA SEXTA – DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

6.1. DA FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1.1. A prestação dos serviços de gerenciamento, operacionalização de unidade de saúde para tratamento de pacientes suspeitos ou portadores para COVID-19, na cidade de Santana (AP), de profissionais devidamente habilitados comprovado através da certificado expedido pelo órgão competente, capacitado para, no mínimo, cumprir as seguintes obrigações:

6.1.2. Assistência Hospitalar

a) A assistência à saúde prestada em regime de hospitalização compreenderá o conjunto de atendimentos oferecidos ao paciente desde sua admissão na unidade até sua alta hospitalar pela patologia atendida, incluindo-se aí todos os atendimentos e procedimentos necessários para obter ou completar o diagnóstico e as terapêuticas necessárias para o tratamento no âmbito hospitalar, respeitado o nível de complexidade para a qual a unidade de saúde está preparada;

b) Será de responsabilidade da contratada o fornecimento de materiais e medicamentos prescrito aos pacientes internados;

c) No processo de hospitalização, estão incluídos:

c.1. Assistência por equipe médica especializada;

c.2. Procedimentos e cuidados multiprofissionais necessários durante o processo de internação;

c.3. Assistência farmacêutica e tratamento medicamentoso que seja requerido durante o processo de internação;

c.4. Tratamento das possíveis complicações que possam ocorrer ao longo do processo assistencial, respeitado o nível de complexidade para a qual a unidade de saúde está preparada;

c.5. Tratamentos concomitantes diferentes daquele classificado como principal que motivou a internação do



paciente e que podem ser necessários adicionalmente devido às condições especiais do paciente e/ou outras causas;

- c.6. Tratamento medicamentoso que seja requerido durante o processo de internação;
- c.7. Procedimentos e cuidados multiprofissionais necessários durante o processo de internação;
- c.8. Serviços de Apoio Diagnóstico Terapêutico – SADT que sejam requeridos durante o processo de internação, respeitado o nível de complexidade para a qual a unidade de saúde está preparada;
- c.9. Alimentação, incluída a assistência nutricional;
- c.10. Assistência por equipe médica, equipe multiprofissional especializada, incluído médico diarista para cobertura horizontal (médico hospitalista);
- c.11. Material descartável necessário para os cuidados multiprofissionais e tratamentos;
- c.12. Fornecimento de roupas hospitalares;
- c.13. Limpeza hospitalar;
- c.14. Coleta de resíduos sólidos hospitalar, em consonância com legislação vigente; e
- c.15. Demais necessidades específicas da unidade assistencial.

6.1.3. Atendimento Hospitalar

- a) A unidade atenderá demanda referenciada, conforme fluxo estabelecido pela SESA, durante 24h/dia;
- b) A CONTRATADA deverá manter serviço de acolhimento qualificado, priorizando a internação de pacientes de alto risco;

6.1.4. Características Gerais

- a) A contratada atenderá com seus recursos humanos e técnicos os usuários do SUS oferecendo, segundo o grau de complexidade de sua assistência e sua capacidade operacional, os serviços de saúde que se enquadrem nas modalidades abaixo descritas, conforme sua tipologia;
- b) A regulação/serviço de admissão da contratada solicitará aos pacientes, ou a seus representantes legais, a documentação de identificação do paciente e a documentação de encaminhamento, se for o caso, conforme fluxo estabelecido pela SESA;
- c) No caso dos atendimentos hospitalares por urgência, sem que tenha ocorrido apresentação da documentação necessária, a mesma deverá ser entregue pelos familiares e/ou responsáveis pelo paciente, num prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas;
- d) Em caso de hospitalização, a contratada deverá internar paciente, no limite dos leitos contratados, obrigando-se, na hipótese de falta ocasional de leito vago, encaminhar os pacientes aos serviços de saúde do SUS instalados na região, observando os protocolos definidos pela SESA;
- e) O acompanhamento e a comprovação das atividades realizadas pelo PARCEIRO PRIVADO serão efetuados através dos dados registrados no SIH - Sistema de Informações Hospitalares, no SIA - Sistema de Informações Ambulatoriais, bem como através dos formulários e instrumentos para registro de dados de produção definidos SESA; e
- f) A contratada deverá manter um Núcleo Interno de Regulação (NIR), com número telefônico e endereço eletrônico exclusivo, coordenado por médico indicado pela Diretoria Técnica, destinado a receber, nas 24 horas/dia, sete dias por semana, as solicitações da Regulação Estadual de modo a manter um canal permanente de comunicação e aperfeiçoar o sistema de informações sobre vagas e serviços disponíveis no hospital, com tempo de resposta a ser pactuado com a SESA.

6.2. DO CORPO TÉCNICO

6.2.1. A contratada prestará o serviço com, no mínimo, os seguintes profissionais listados abaixo, para cada 10 (dez) leitos de suporte avançado de vida:

- a) 01 (um) Médico;
- b) 01 (um) Enfermeiro;
- c) 05 (cinco) Técnico de Enfermagem;
- d) 01 (um) Fisioterapeuta;

6.2.2. A equipe multidisciplinar deverá contar com o suporte dos seguintes profissionais:

- a) Técnico em Radiologia;
- b) Técnico em Laboratório;
- c) Tecnólogos;
- d) Biomédicos;



- e) Psicólogo;
- f) Assistente Social

6.3. DO HORÁRIO, TURNO E JORNADA DE TRABALHO.

6.3.1. Os serviços deverão ser prestados 24h (vinte e quatro) horas por dia, sete dias por semana, devendo os profissionais contratados possuírem revezamento capaz de cobrir os horários estipulados;

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES

7.1. São obrigações do CONTRATANTE:

- 7.1.1. Proceder ao pagamento do objeto contratado e regularmente executado pela(s) empresa(s), dentro do cronograma de liberação do financeiro pela Secretaria da Fazenda do Estado do Amapá (SEFAZ-AP), em até 30 (trinta) dias após apresentação da Nota Fiscal devidamente atestada pelo servidor responsável pela fiscalização do Contrato, observada a ordem cronológica estabelecida no art. 5º da Lei nº 8.666/93;
- 7.1.2. Fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas às obrigações contratuais;
- 7.1.3. Exercer a fiscalização e acompanhamento dos serviços por meio de servidor(es) designado(s) para esse fim representando o CONTRATANTE e participando ativamente das sistemáticas de supervisão, acompanhamento e controle da qualidade dos serviços, noticiando a SUPERINTENDÊNCIA DE ATENÇÃO À SAÚDE - SAS, qualquer alteração ou anormalidade identificada durante a execução do serviço, ficando a cargo deste setor notificar a CONTRATADA e elaborar processo administrativo para aplicação de penalidades previstas, quando o fato assim requerer;
- 7.1.4. Proporcionar meios para que a contratada possa desempenhar seus serviços dentro das normas deste contrato, dos documentos que o acompanham e da legislação pertinente e em vigor;
- 7.1.5. Adotar todos os procedimentos necessários para a regular contratação e execução orçamentária e financeira relativa ao objeto, fornecer as informações necessárias à CONTRATADA;
- 7.1.6. Designar a área responsável pela fiscalização e gestão do contrato e acompanhamento dos serviços disponibilizando os respectivos telefones de contato à CONTRATADA;
- 7.1.7. Não permitir que a mão de obra execute tarefas em desacordo com as preestabelecidas neste contrato;
- 7.1.8. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 7.1.9. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 7.1.10. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
- 7.1.11. Não permitir que os empregados da Contratada realizem horas extras, exceto em caso de comprovada necessidade de serviço, formalmente justificada pela autoridade do órgão para o qual o trabalho seja prestado e desde que observado o limite da legislação trabalhista;
- 7.1.12. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste contrato e seus anexos;
- 7.1.13. Efetuar o pagamento das faturas, observando se a empresa encontra-se em dia com os documentos fiscais e trabalhistas;
- 7.1.14. Assumir as despesas com a publicação de extrato do contrato no Diário Oficial do Estado e da União, conforme seja o caso;
- 7.1.15. Permitir livre acesso dos empregados da empresa às suas dependências para execução dos serviços e entrega dos materiais;
- 7.1.16. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante da empresa;
- 7.1.17. Fornecer condições adequadas para instalações dos equipamentos, de acordo com as especificações dos serviços;
- 7.1.18. Comunicar oficialmente à empresa quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave;
- 7.1.19. Supervisionar a execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e atestar as notas fiscais/faturas correspondentes;
- 7.1.20. Conferir os, equipamentos, utensílios e ferramentas a serem entregues pela empresa, através dos Fiscais do Contrato que serão devidamente designados para fiscalização e acompanhamento do serviço;
- 7.1.21. Vistoriar e aprovar através do Fiscal do Contrato e dos demais servidores que serão devidamente designados para

fiscalização e acompanhamento do serviço, e equipamento a serem utilizados durante a prestação do serviço, que deverá ser apresentada pela empresa, com as quantidades, espécies, pesos e volumes e entregues regularmente;

7.1.22. Não permitir que os empregados disponibilizados pela empresa, durante a execução do serviço, desempenhem funções que não as definidas em contrato e nos seus respectivos aditivos, e muito menos que sejam utilizados para a realização de tarefas particulares;

7.1.23. Examinar as Carteiras de Registro dos profissionais empregados a seu serviço para comprovar o registro de função profissional;

7.1.24. Exigir da empresa os recolhimentos do FGTS por meio dos seguintes documentos: Cópia do Protocolo de Envio de Arquivos, emitido pela Conectividade Social (GFIP); Cópia da GRF do FGTS com autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário ou o comprovante emitido quando o recolhimento for efetuado pela Internet; Cópia da Relação dos Trabalhadores constantes do Arquivo SEFIP (RE);

7.1.25. Exigir da empresa os recolhimentos das contribuições ao INSS por meio de: Cópia do Protocolo de Envio de Arquivos, emitido pela Conectividade Social (GFIP); Cópia do Comprovante de Declaração à Previdência; Cópia da Guia da Previdência Social (GPS) com a autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário ou o comprovante emitido quando recolhimento for efetuado pela Internet; Cópia da relação dos Trabalhadores Constantes do Arquivo SEFIP (RE);

7.1.26. Exigir da empresa cópias dos comprovantes de pagamento dos salários, vales-transporte e auxílio alimentação dos empregados postos a disposição da Contratante; da folha individual de frequência de cada empregado vinculado à execução contratual e relação mensal do total de funcionários, contendo nº de CPF, data de admissão, função e local de execução do serviço;

7.1.27. Solicitar da empresa a Ficha de Registro dos Empregados e manter arquivado durante a vigência contratual.

7.2. São obrigações da CONTRATADA:

7.2.1. Comprovar a formação técnica específica da mão de obra oferecida, através de certificados, expedidos por instituições devidamente habilitadas e reconhecidas;

7.2.2. Prover toda a mão de obra necessária para garantir a operação da unidade de saúde, no regime contratado, obedecidas às disposições da legislação trabalhista vigente;

7.2.3. Efetuar a reposição da mão de obra na unidade de saúde, em caráter imediato, em eventual ausência, não sendo permitida a prorrogação da jornada de trabalho;

7.2.4. Manter disponibilidade de efetivo dentro dos padrões necessários para atender eventuais acréscimos solicitados pelo Contratante, bem como impedir que a mão de obra que cometer falta disciplinar qualificada como de natureza grave, seja mantida ou retorne às instalações do Contratante;

7.2.5. Atender de imediato as solicitações da contratante quanto às substituições da mão de obra não qualificada ou entendida como inadequada para a prestação dos serviços;

7.2.6. Relatar diariamente no livro próprio de ocorrências ao Contratante toda e qualquer irregularidade observada na unidade de saúde;

7.2.7. Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento das atribuições dos profissionais, descritas neste contrato;

7.2.8. Registrar e controlar através do preposto diariamente a frequência e a pontualidade de seu pessoal, bem como as ocorrências da unidade em que estiver prestando seus serviços;

7.2.9. Manter afixado na unidade de saúde, em local visível, contatos telefônicos de interesse e indicados para o melhor desempenho das atividades;

7.2.10. Responsabilizar-se por quaisquer acidentes que venham a serem vítimas seus empregados quando em serviço, por tudo quanto às leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurem e demais exigências legais para o exercício da atividade de vigilância em geral;

7.2.11. Responder por danos e desaparecimento de bens materiais, pertencentes ao acervo patrimonial do Contratante, decorrentes de culpa ou dolo seu ou de seus empregados, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização e ao acompanhamento do Contratante;

7.2.12. Manter, durante toda a vigência do contrato, todas as condições de habilitação para contratar com a Administração Pública, apresentando sempre que exigido os comprovantes de regularidade;

7.2.13. Manter preposto aceito pela Administração, nas dependências da Contratante, para representá-la na execução do contrato;

7.2.14. Executar os serviços conforme especificações deste contrato, do Projeto Básico e de sua proposta, com a alocação dos profissionais necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, na qualidade e quantidade especificadas neste contrato, no Projeto Básico e em sua proposta;

7.2.15. Fornecer mão de obra capacitada, com idade correspondente ao serviço, para exercer as funções referentes ao



objeto deste contrato. Os profissionais deverão ser devidamente capacitados e os serviços deverão ser prestados mesmo em estado de greve da categoria, através de esquema de emergência;

7.2.16. Assumir inteira responsabilidade pela execução dos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;

7.2.17. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto deste contrato, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993;

7.2.18. Dar cumprimento a todas as determinações e especificações estabelecidas neste contrato;

7.2.19. Manter o empregado no posto de trabalho, nos horários que possam assegurar o pleno atendimento e funcionamento da unidade de saúde por 24h (vinte e quatro) horas;

7.2.20. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

7.2.21. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

7.2.22. Fornecer aos seus empregados todos os benefícios e vantagens previstas na legislação e Acordo Coletivo de Trabalho;

7.2.23. Responsabilizar-se pela integridade de seus empregados na execução dos serviços, devendo manter durante a vigência do contrato seguro pessoal de seus empregados;

7.2.24. Providenciar, às suas expensas, o encaminhamento e o tratamento médico aos seus empregados designados à execução dos serviços contratados, em caso de doença, acidente de trabalho, mal súbito ou quaisquer outros acontecimentos desta natureza;

7.2.25. Pagar os salários de acordo com o piso resultante de acordo em Convenção Coletiva de Trabalho da categoria;

7.2.26. Propiciar aos empregados todas as condições necessárias para o perfeito desenvolvimento dos serviços;

7.2.27. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;

7.2.28. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito bancário na conta do trabalhador, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da Contratante;

7.2.29. Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste contrato;

7.2.30. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

7.2.31. Manter nas instalações, aparelhamento e pessoal técnico adequado e disponível para a realização do objeto deste contrato;

7.2.32. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

7.2.33. Reportar-se ao Fiscal de Contrato, ou ao preposto da administração em cada instalação sob sua responsabilidade, quando necessário, adotando as providências pertinentes para a correção das falhas detectadas;

7.2.34. Receber as observações do Fiscal de Contrato, ou do preposto da contratante, relativas ao desempenho das atividades, e identificar as necessidades de treinamento e adequação da mão de obra;

7.2.35. Fazer com que os usuários dos serviços recebam tratamento adequado, respeitoso e atencioso;

7.2.36. Fornecer número de telefone fixo, fax, ou móvel e, e-mail, objetivando a comunicação rápida no que tange aos serviços contratados;

7.2.37. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à contratante, seus bens ou a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo na execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, a fiscalização da contratante, pelo fiscal ou preposto, em seu acompanhamento;

7.2.38. Observar conduta adequada na utilização dos materiais, equipamentos e utensílios, objetivando a correta execução dos serviços;

7.2.39. Repor, no prazo de 30 (trinta) dias, qualquer objeto da contratante e/ou de terceiros que tenha sido danificado ou extraviado por seus empregados sendo que o valor do dano causado guardará conformidade com o preço de mercado, não sendo considerado o valor histórico do bem;

7.2.40. Responder civil e penalmente, por quaisquer danos ocasionados à contratante e seu patrimônio e/ou a terceiros, dolosa ou culposamente, em razão de ação ou de omissão da Contratada ou de quem em seu nome agir;



- 7.2.41. Cumprir horários e periodicidade para a execução dos serviços fixados pela contratante, segundo suas conveniências e em consonância com a Fiscalização do contrato;
- 7.2.42. Apresentar mensalmente à Fiscalização, acompanhando as Notas Fiscais ou os Documentos de Cobrança, relatório que ateste os serviços e o grau de satisfação com os mesmos, a ser providenciado junto ao responsável pela Unidade onde os serviços foram prestados, sob pena de suspensão do pagamento até o cumprimento desta exigência;
- 7.2.43. Fornecer, mensalmente, junto à apresentação da nota fiscal, todos os documentos exigidos pela fiscalização do contrato;
- 7.2.44. Comunicar à contratante, quaisquer fatos ou circunstâncias detectadas por seus empregados quando da execução dos serviços contratados, que prejudiquem ou possam prejudicar a qualidade dos serviços ou comprometer a integridade de pessoas e do patrimônio público;
- 7.2.45. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o Contrato, sem prévia e expressa anuência da Contratante.
- 7.2.46. Responsabilizar-se integralmente pela prestação dos serviços e pelo fornecimento dos materiais necessários à sua execução, nos termos da legislação vigente.
- 7.2.47. Executar o serviço de acordo com as especificações e condições constantes no Projeto Básico e no Contrato;
- 7.2.48. Manter número de empregados compatível com a quantidade de serviços a serem prestados;
- 7.2.49. Autorizar o repasse direto aos empregados da remuneração mensal não paga pela Contratada, quando houver retenção de faturas por inadimplemento ou não apresentação de certidões pela Contratada.
- 7.2.50. Designar por escrito, no ato do recebimento da Autorização de Serviços, preposto(s) que tenham poderes para resolução de possíveis ocorrências durante a execução deste contrato;
- 7.2.51. Providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades apontadas pela Contratante na execução do presente instrumento, atendendo, com a diligência possível, às determinações dos servidores designados pela Fiscalização, voltadas ao saneamento de faltas e correção de irregularidades verificadas;
- 7.2.52. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação do Processo Licitatório;
- 7.2.53. É vedada a subcontratação de outra empresa para a execução dos serviços, salvo se houver anuência da Administração da Contratante;
- 7.2.54. A empresa não será responsável por qualquer perda ou dano resultante de caso fortuito ou força maior;
- 7.2.55. Caberá a empresa obedecer rigorosamente o disposto no Contrato;
- 7.2.56. Manter sempre atualizado o prontuário dos usuários e o arquivo médico considerando os prazos previstos em lei;
- 7.2.57. Não utilizar nem permitir que terceiros utilizem o paciente para fins de experimentação;
- 7.2.58. Justificar ao usuário ou ao seu representante, por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão da não realização de qualquer ato profissional previsto nesta proposta;
- 7.2.59. Esclarecer aos usuários sobre seus direitos e assuntos pertinentes aos serviços oferecidos;
- 7.2.60. Garantir a confidencialidade dos dados e informações relativas aos usuários;
- 7.2.61. Garantir atendimento indiferenciado aos usuários;
- 7.2.62. Fornecer ao usuário, por ocasião de sua alta hospitalar, relatório circunstanciado do atendimento que lhe foi prestado, denominado "INFORME DE ALTA HOSPITALAR";
- 7.2.63. Possuir e manter em pleno funcionamento um Núcleo de Vigilância Epidemiológica Hospitalar – NVEH, que será responsável pela realização de vigilância epidemiológica de doenças de notificação compulsória no âmbito hospitalar, assim como ações relacionadas a outros agravos de interesse epidemiológico;
- 7.2.64. Zelar pela limpeza e conservação dos locais onde serão instalados os tanques criogênicos.

CLÁUSULA OITAVA – DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

- 8.1. Em conformidade com os artigos 73 a 76 da Lei 8.666/1993, com alterações posteriores, o objeto deste Contrato será recebido da seguinte forma:
- Provisoriamente**, por servidor designado pelo acompanhamento e fiscalização dos serviços contratados, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita da CONTRATADA. Este recebimento poderá ser dispensado nas situações previstas no Art. 74 da Lei 8666/1993;
 - Definitivamente**, por servidor(es) designado(s) pela Administração, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no art. 69 da Lei 8.666/1993.
- 8.2. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade civil e nem ético-profissional da CONTRATADA pela perfeita execução dos serviços contratados.

- 8.3. O recebimento definitivo consistirá no atesto da nota fiscal/fatura pelo fiscal designado, devendo este, após aceite definitivo, encaminhar a nota fiscal/fatura para posterior pagamento.
- 8.4. Se houver erro na nota fiscal/fatura ou qualquer outra circunstância que desaprove o recebimento definitivo, o mesmo ficará pendente e o pagamento suspenso até o saneamento das irregularidades.
- 8.5. Durante o período em que o recebimento definitivo estiver pendente e o pagamento suspenso por culpa da CONTRATADA, não incidirá sobre o CONTRATANTE qualquer ônus, inclusive financeiro.
- 8.6. Os serviços executados em desacordo com o estipulado neste Contrato serão rejeitados, parcial ou totalmente, conforme o caso, correndo a expensas da CONTRATADA quaisquer custos incidentes a este fato.

CLÁUSULA NONA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

9.1. Não obstante a CONTRATADA deverá ser a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, ao CONTRATANTE é reservado o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, que será exercida diretamente por fiscal ou gestor do contrato designados, podendo para isso:

- 9.1.1. Ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição de funcionário da CONTRATADA que estiver sem uniforme ou crachá, que embarçar ou dificultar a sua fiscalização ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente;
- 9.1.2. Executar mensalmente a medição dos serviços pelo fornecimento mensal, descontando-se do valor devido, o equivalente à indisponibilidade dos serviços contratados e por motivos imputáveis à CONTRATADA, sem prejuízo das demais sanções disciplinadas em contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA ALTERAÇÃO E MANUTENÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRO

10.1. DA REPACTUAÇÃO DE PREÇOS

10.1.1. Os preços da mão de obra serão repactuados, se assim couber, em decorrência de alterações nas Convenções ou Acordos Coletivos; ou na legislação trabalhista e previdenciária; nos termos da Instrução Normativa que regula este objeto;

10.1.2. Será admitida a repactuação dos preços dos serviços contratados, desde que seja observado o interregno mínimo de 1 (um) ano. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado a partir:

11.1.2.1. Da data limite para apresentação das propostas, constante do instrumento convocatório, em relação aos custos com a execução do serviço, decorrentes do mercado, tais como, o custo dos materiais e equipamentos necessários à execução do serviço; ou

11.1.2.2. Da data do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, vigente à época da apresentação da proposta, quando a variação dos custos for decorrente da mão de obra e estiver vinculada às datas-bases destes instrumentos.

10.1.3. Nas repactuações subseqüentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação;

10.1.4. As repactuações serão precedidas de solicitação da Empresa, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços ou do novo acordo, convenção ou dissídio coletivo que fundamenta a repactuação, conforme for a variação de custos objeto da repactuação;

10.1.5. A repactuação de preços serão formalizadas por meio de apostilamento, sendo que os novos valores contratuais decorrentes da repactuação produzirão efeitos:

11.1.5.1. A partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;

11.1.5.2. Em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras, ou;

10.1.6. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva;

10.1.7. A Contratada deverá pleitear a repactuação antes da prorrogação da vigência do contratual ou do encerramento do contrato, sob pena do direito ser atingido pela preclusão administrativa.

10.2. DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

10.2.1. Em caso de alterações contratuais, na forma do que dispõe o art. 65, inciso II, alínea "d", da Lei Federal nº 8.666/93 e objetivando a manutenção econômico-financeiro inicial do contrato, os preços ajustados entre as partes poderão ser alterados, mediante o instituto do REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO, quando devidamente comprovada a incidência na economia do contrato, de fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências

incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, decorrentes de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando área econômica extraordinária e extracontratual, que neste caso será formalizado por TERMO DE ADITAMENTO;

10.2.2. Para que ocorra o reequilíbrio econômico-financeiro, a Empresa deverá solicitar atualização dos valores, elaborando, desta forma, nova Planilha de Composição de Custos e Formação de Preços comprovando a alteração valores, para que se mantenha o equilíbrio econômico e para que o valor disponibilizado pela Contratante, para estes gastos, esteja compatível com os valores de mercado;

10.2.3. Os valores referentes aos serviços contratados, eventualmente, poderão ainda sofrer ACRÉSCIMOS OU SUPRESSÕES, nos seguintes casos:

11.2.3.1. Para mais, visando restabelecer o equilíbrio econômico financeiro inicial, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequência incalculáveis, retardadores ou impeditivo da execução do ajustado, ou ainda em caso de força maior, caso fortuito, fato príncipe e fato da Administração, nos termos do art. 65, inciso II, "d" e § 5º, da Lei 8.666/93;

11.2.3.2. Para menos, na hipótese do valor contratado ficar muito superior ao valor do mercado, ou ainda, quando ocorrer o fato do Príncipe previsto no art. 65, § 5º, da Lei 8.666/93.

10.3. DO REAJUSTE DE PREÇOS

10.3.1. O reajuste dos preços, quando cabível, será realizado com base na variação do ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO – IPCA, ou de outro índice normatizado que passe a substituí-lo, no período compreendido entre a data em que o preço proposto e adjudicado pela CONTRATANTE e a data em que o índice foi divulgado oficialmente e evidenciou a existência de circunstância provocadora de tal reajuste;

10.3.2. Em conformidade com o disposto nos Arts. 2º e 3º da Lei nº 10.192/01, o reajuste só poderá ocorrer nos contratos que tenham prazo de duração igual ou superior a 1 (um) ano, após decorrido 12 (doze) meses da apresentação da proposta pela empresa ou do orçamento a que ela se referir, se assim couber.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

11.1. Com fundamento no Art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e Art. 29 do Decreto Estadual nº 2.648/2007, **ficará impedida de licitar e contratar com o Estado do Amapá** e será descredenciada do cadastro de fornecedores, pelo **prazo de até 5 (cinco) anos**, sem prejuízo das demais cominações legais, a LICITANTE que:

- a) Não mantiver a proposta;
- b) Convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços ou Contrato no prazo estabelecido, não aceitar ou retirar a nota de empenho;
- c) Deixar de entregar a documentação exigida no certame ou apresentar documentação falsa;
- d) Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- e) Fornecer material que não atenda à especificação exigida no edital;
- f) Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo;
- h) Fizer declaração falsa;
- i) Cometer fraude fiscal.

11.2. Para os fins da alínea "h", reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos Arts. 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei nº 8.666/1993.

11.3. Com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/1993 e suas alterações, a CONTRATADA ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, **inexecução parcial ou inexecução total das obrigações**, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, às seguintes penalidades:

a) **Advertência**, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para o CONTRATANTE;

b) **Multa** de:

11.3.1.1. 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor contratado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

11.3.1.2. 5% (cinco por cento) sobre o valor contratado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto na alínea "b.1", ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

11.3.1.3. 5% (cinco por cento) sobre o valor adjudicado/contratado, em caso de inexecução total da obrigação

assumida;

11.3.1.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, limitado a 10% (dez por cento), conforme detalhamento constante na Tabela 1;

11.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei n.º 8.666, de 1993, a CONTRATADA que:

- a) tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio doloso, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c) demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

11.5. As sanções de advertência e impedimento para licitar e contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à Contratada juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados;

11.6. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

TABELA 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% dia sobre o valor mensal do contrato

TABELA 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
01	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais. Por ocorrência.	5
02	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	4
03	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	3
04	Permitir a presença de empregado sem equipamento de proteção individual, por empregado e por ocorrência;	1
05	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	2
06	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do contratante, por empregado e por dia;	3
ITEM	Para os itens a seguir, deixar de:	GRAU
07	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	1
08	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	2
09	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	1
10	Efetuar ao pagamento de salários, vales-transportes e/ou ticket-refeição, seguros, encargos fiscais e sociais, dentro dos prazos legais, bem como arcar com quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução do contrato, por funcionário e por dia;	3



11	Efetuar a reposição de funcionários faltosos, por funcionário e por dia;	3
12	Fornecer EPIs (Equipamentos de Proteção Individual) aos seus empregados e de impor penalidades àqueles que se negarem a usá-los, por empregado e por ocorrência	2
13	Cumprir quaisquer dos itens do Termo de Referência e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	3
14	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no Termo de Referência/contrato;	1
15	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações a contratada;	1
16	Fornecer materiais, produtos ou equipamentos nas quantidades e qualidade exigidas no Termo de Referência.	1

11.7. Para as penalidades previstas será garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa, dentro do prazo de 05 (cinco) dias contados do dia seguinte ao da notificação a Contratada que lhe poderia ser aplicada, cabendo recurso à instância superior, em igual prazo, da decisão proferida por aquela autoridade.

11.8. Os preços adotados pela Contratada nas faturas que forem emitidas poderão sofrer supressões (glosas), em caso de descumprimento de obrigações previstas neste Contrato, sendo estas devidamente sancionadas pela Administração Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

12.1. De acordo com o Art. 77 da Lei nº 8.666/1993, o não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas neste instrumento contratual, por parte da CONTRATADA, assegurará ao CONTRATANTE, sem ônus de qualquer espécie para esta e sem prejuízo do disposto nas Penalidades, o direito de dá-lo por rescindido;

12.2. A rescisão se efetuará mediante notificação através de ofício, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias corridos, entregue diretamente ou via postal, com prova de recebimento, sem prejuízo dos demais motivos previstos no art. 78 da Lei nº 8.666/1993 e alterações posteriores;

12.3. A rescisão do contrato dar-se-á nas seguintes modalidades, consoante estabelece o Art. 79 da Lei nº 8.666/1993 e alterações posteriores:

- a) **Unilateralmente**, a critério exclusivo do CONTRATANTE, assegurado o contraditório e a ampla defesa, mediante notificação por ofício, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias corridos, entregue diretamente ou via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para este nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII e XVIII, do Art. 78 da mesma Lei, e sem prejuízo do disposto na Cláusula "Das Penalidades";
- b) **Amigavelmente**, por acordo entre as partes, reduzido a termo, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;
- e
- c) **Judicialmente**, nos termos da legislação vigente.

12.4. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada, devidamente ratificada pelo Gestor do CONTRATANTE;

12.5. No procedimento que visa à rescisão do contrato, será assegurado o contraditório e a ampla defesa. Depois de encerrada a instrução inicial, a CONTRATADA terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para se manifestar e produzir provas, sem prejuízo da possibilidade do CONTRATANTE adotar, motivadamente, providências acauteladoras, para que não haja a imediata interrupção dos serviços;

12.6. A CONTRATADA reconhece, desde já, os direitos do CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista na legislação referente a Licitações e Contratos Administrativos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS

13.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 10.520/2002; na Lei nº 8.666/1993, subsidiariamente, ao contido na Lei nº 8.078/1990 (CDC); demais normais aplicáveis e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO

14.1. O presente Contrato deverá ser publicado, em resumo, no Diário Oficial do Estado do Amapá, no prazo máximo de 20



(vinte) dias a contar do 5º (quinto) dia útil do mês seguinte a sua assinatura, conforme preceitua o Art.61, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

15.1. Este Contrato terá prazo de 06 (seis) meses, com vigência a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos, mediante a celebração de Termos Aditivos, caso sejam preenchidos os requisitos abaixo enumerados de forma simultânea, e autorizado formalmente pela autoridade competente:

- a) Os serviços tenham sido prestados regularmente;
- b) A contratada não tenha sofrido qualquer punição de natureza pecuniária;
- c) O contrato permaneça economicamente vantajoso para a administração;
- d) A administração ainda tenha interesse na realização do serviço.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

16.1. As questões decorrentes da execução deste Contrato, que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas no Fórum da Justiça Estadual – Comarca de Macapá/AP, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, justos e contratados, o presente instrumento será lavrado em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelas partes contraentes na presença de 02 (duas) testemunhas.

Macapá-AP, 08 de maio de 2020.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
JOÃO BITTECOURT DA SILVA
CPF(MF) nº 179.777.972-91

INSTITUTO BRASILEIRO DE GESTÃO HOSPITALAR
LAZARA MARIA DE ARAUJO MUNDIM DE SOUZA
CPF (MF) nº 307.386.441-53

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO dos recursos a serem repassados pelo Estado do Amapá, através da **Secretaria de Estado da Saúde**, para fazer face atinente ao **CONTRATO Nº 010/2020**, com a empresa **INSTITUTO BRASILEIRO DE GESTÃO HOSPITALAR**

CONTRATO Nº 010/2020 - NGC SESA - EMPRESA INSTITUTO BRASILEIRO DE GESTÃO HOSPITALAR

DESPESAS PARA O EXERCÍCIO DE 2020

Nº de parcelas	Meses	Valor da parcela
1	MAIO	R\$ 3.146.439,17
2	JUNHO	R\$ 3.146.439,17
3	JULHO	R\$ 3.146.439,17
4	AGOSTO	R\$ 3.146.439,17
5	SETEMBRO	R\$ 3.146.439,17
6	OUTUBRO	R\$ 3.146.439,17
TOTAL R\$		R\$ 18.878.635,02
TOTAL DAS DESPESAS EXERCÍCIO 2020		R\$ 18.878.635,02

OBS: Importa o presente **CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO** no valor de **R\$ 18.878.635,02** (Dezoito milhões, oitocentos e



setenta e oito mil, seiscentos e trinta e cinco reais e dois centavos).

Macapá-AP, 08 de maio de 2020.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
JOÃO BITTECOURT DA SILVA
CPF(MF) nº 179.777.972-91

INSTITUTO BRASILEIRO DE GESTÃO HOSPITALAR
LAZARA MARIA DE ARAUJO MUNDIM DE SOUZA
CPF (MF) nº 307.386.441-53

PLANO DE APLICAÇÃO E CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO dos recursos a serem repassados pela **SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**, como **CONTRATANTE** para fazer face ao **CONTRATO Nº. 010/2020 - SESA**, firmado com a empresa: **INSTITUTO BRASILEIRO DE GESTÃO HOSPITALAR**.

ELEMENTO DE DESPESA	FONTE	PROGRAMA DE TRABALHO	VALOR GLOBAL ESTIMADO
33.90.39	107		R\$ 18.878.635,02
VALOR TOTAL			R\$ 18.878.635,02

Importa o presente **PLANO DE APLICAÇÃO** no valor de **R\$ 18.878.635,02** (Dezoito milhões, oitocentos e setenta e oito mil, seiscentos e trinta e cinco reais e dois centavos).

Macapá-AP, 08 de maio de 2020.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
JOÃO BITTECOURT DA SILVA
CPF(MF) nº 179.777.972-91

INSTITUTO BRASILEIRO DE GESTÃO HOSPITALAR
LAZARA MARIA DE ARAUJO MUNDIM DE SOUZA
CPF (MF) nº 307.386.441-53